

MEIO AMBIENTE

# Novo impasse em Belo Monte

Debates para ampliar a geração de energia da usina trazem preocupações com o Xingu, um dos principais rios da Amazônia

» RAFAELA GONÇALVES

A operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a segunda maior do país, voltou ao centro das discussões do governo federal, que avalia medidas capazes de ampliar a geração de energia da usina. O caso expõe o dilema da política energética brasileira, que busca equilibrar o aumento da produção elétrica com a preservação do ecossistema do rio Xingu, um dos principais rios da Amazônia.

O impasse envolve interesses do setor elétrico, decisões regulatórias e pressões de comunidades ribeirinhas e povos indígenas diretamente afetados pelas alterações no regime hídrico da região.

Embora antiga, a discussão ganhou novos contornos nas últimas semanas ao entrar na pauta do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em meio a articulações do Ministério de Minas e Energia (MME) para classificar Belo Monte como ativo estratégico para a segurança energética nacional. A medida ampliaria a margem de manobra do governo para priorizar a maximização da geração, mesmo que em detrimento de considerações socioambientais.

No centro da controvérsia está uma determinação do Ibama, que obrigou a concessionária Norte Energia a reduzir temporariamente a geração da usina até 15 de março de 2025. A água desviada para o reservatório alimenta as turbinas da maior hidrelétrica totalmente brasileira, reduzindo o volume disponível para o rio.

A decisão visava garantir maior vazão no rio Xingu, especialmente na região da Volta Grande, área

Reprodução/Norte Energia S.A



O Ministério de Minas e Energia (MME) articula para classificar Belo Monte como ativo estratégico para a segurança energética nacional

considerada uma das mais sensíveis do empreendimento. O objetivo era mitigar os efeitos da estiagem e proteger espécies de peixes durante o período de reprodução.

O setor elétrico, no entanto, reagiu à decisão. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contestou a medida, afirmando que a limitação da geração poderia afetar o sistema elétrico nacional e gerar custos adicionais estimados em R\$ 2,4 bilhões.

Em fevereiro daquele ano, a Justiça Federal do Pará concedeu liminar suspendendo os efeitos

do ofício do Ibama, atendendo a uma ação da Norte Energia. “A flexibilização da taxa de variação da defluência, em casos excepcionais devidamente justificados, não configura violação ambiental, mas sim uma necessidade operacional para manter a estabilidade do sistema elétrico, dentro dos limites da legalidade e da responsabilidade socioambiental”, diz um trecho da decisão.

“Assim, eventual revisão das medidas tomadas deve considerar não apenas o impacto ambiental imediato, mas também as

implicações sobre a ordem econômica e política energética do país”, detalha a liminar. Procurados pela reportagem, o MME e o Ibama não se manifestaram até o fechamento desta edição.

## Ameaça iminente

Desde o início da operação de Belo Monte, em 2016, e especialmente a partir de 2019, quando a usina passou a operar em plena capacidade, pesquisas indicam alterações profundas no rio Xingu. A vazão na Volta Grande chegou a ser

reduzida em até 80%, comprometendo a pesca, principal fonte de alimento e renda das comunidades indígenas e ribeirinhas, e agravada por estiagens extremas.

Relatórios da Iniciativa Amazônia+10 apontam que o desvio de parte do fluxo da usina intensificou a seca e afetou a navegação e a segurança alimentar local. Segundo os pesquisadores, há “mudanças no ciclo reprodutivo de peixes, mortalidade em massa, morte de igapós e interrupção de fluxos de nutrientes, causando desequilíbrios na cadeia alimentar aquática”.

## » Agenda ambiental em debate

Os governadores dos nove estados da Amazônia Legal anunciarão, nos dias 16 e 17 de março, um plano conjunto de captação de recursos voltado ao financiamento de projetos ambientais, produtivos e de regularização fundiária no bioma amazônico. A iniciativa integra a agenda de implementação do Plano de Transformação Ecológica da Amazônia e será apresentada durante o 29º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, em São Luís. O encontro reúne os chefes dos executivos de Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins para discutir políticas públicas e alinhar estratégias regionais de preservação ambiental, desenvolvimento econômico e atração de investimentos para a região.

Além disso, os estudos registram “deformidades inéditas em peixes associadas ao estresse ambiental”, dados que foram apresentados ao Ministério Público Federal (MPF) durante a COP30. “A redução da vazão na Volta Grande tem impactos que superam cenários climáticos projetados pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), afetando diretamente a economia, a saúde e a subsistência das comunidades que dependem do rio”, aponta o monitoramento.





# O BRASIL PELAS MULHERES

## Formação para uma cultura de proteção

A violência contra a mulher não surge de forma isolada. Ela é construída e naturalizada ao longo do tempo por meio de padrões culturais, desigualdades históricas e silêncios sociais. Nesse contexto, o Correio Braziliense promove um debate para falar sobre a importância da educação como um motor de mudança e da necessidade de promover o enfrentamento nos espaços de formação humana.



### Inscrições gratuitas

Acompanhe o evento presencialmente

# 24/03

## a partir das 08:30

Auditório do Correio Braziliense  
SIG QD 02 lote 340

Promoção:  
**CORREIO BRAZILIENSE**

Realização:  
